



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA – CAMPUS JOÃO PESSOA

**A SAÚDE DO TRABALHADOR NO CONTEXTO DE JOVENS TRABALHADORES
DO INTERIOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Discente: Eliada Regina Tavares Silva Marques
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thaís Augusta Cunha De Oliveira Máximo

JOÃO PESSOA - PB

2025

ELIADA REGINA TAVARES SILVA MARQUES

**A SAÚDE DO TRABALHADOR NO CONTEXTO DE JOVENS TRABALHADORES
DO INTERIOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia de João Pessoa do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Thaís Augusta Cunha
de Oliveira Máximo

JOÃO PESSOA – PB

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Nosso Senhor por ter sustentado tudo até aqui e por ter me feito trilhar caminhos completamente inesperados para que eu me tornasse uma profissional muito melhor do que eu jamais imaginara;

Agradeço ao meu esposo, Josenildo, por ter acreditado em mim quando nem eu mesma acreditei, sem a sua força, segurança e amor nada disso aqui teria sido possível e eu não teria chegado tão longe;

Agradeço aos meus filhos por terem me tornado uma mulher muito melhor, mais forte, dedicada e preocupada com o que verdadeiramente importa;

Agradeço à minha avó, dona Regina, que cuidou de mim desde quando eu não tinha consciência de quem eu era, teve toda paciência e amor comigo, e me deu todo o afeto que eu poderia ter nessa vida;

Agradeço aos meus pais, Sandra e George, por terem confiado em mim e por terem feito o que podiam e não podiam para que tudo desse certo durante todos esses anos de graduação em outro estado;

Agradeço ao meu irmão, Rodolpho, por ter sido meu companheiro na vida e me receber com o mesmo sorriso todas as vezes que nos reencontramos;

Agradeço às minhas irmãs de alma, Mari e Kauana, por sempre terem sido ombro amigo e suportarem as minhas loucuras, é muito bom me “tornar adulta” junto a vocês;

Agradeço a todas as minhas amigas que aceitaram participar da minha pesquisa, espero ter conseguido dar voz a algumas situações que as afligem e espero ter sido conforto no momento de escuta das entrevistas. Vocês sabem que podem contar comigo sempre!

Agradeço à querida professora Thaís, que pegou a minha mão lá no início do curso abrindo as portas do GPST para mim e que, mais recentemente, reabriu essas mesmas portas e me acolheu de braços abertos oportunizando o fim desse ciclo para mim. Com certeza as marcas do seu afeto e generosidade estarão comigo por toda a minha trajetória profissional;

Por fim, agradeço à melhor turma de graduação que eu poderia ter tido, em especial Rochelly, Fernanda, Isadora e Letícia, por terem sido conforto nos momentos em que a saudade de casa e a vontade de desistir bateram à porta.

RESUMO

A população jovem é considerada a mais vulnerável no que se refere ao mercado de trabalho. Com base na Psicodinâmica do Trabalho e na compreensão do trabalho como elemento central na vida dos indivíduos, como promotor de saúde e construtor de identidade, este estudo objetivou analisar a Saúde do Trabalhador no contexto de 10 jovens trabalhadoras do interior de Pernambuco. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, transcritas e analisadas por meio da Análise de Conteúdo Temática. Os resultados permitiram compreender os desafios que o mundo do trabalho impõe a essas jovens trabalhadoras – evidenciando os riscos psicossociais e físicos a que estão submetidas e as estratégias para lidar com a precariedade do trabalho. Apesar das adversidades, elas demonstram grande adaptabilidade e buscam sentido na atividade laboral. O estudo aponta a urgência de políticas públicas voltadas à proteção e valorização do trabalhador jovem.

Palavras-chave: saúde do trabalhador; juventude; clínicas do trabalho.

ABSTRACT

The young population is considered the most vulnerable when it comes to the job market. Based on the Psychodynamics of Work and the understanding of work as a central element in the lives of individuals, as a promoter of health and a builder of identity, this study aims to analyze Workers' Health in the context of 10 young female workers from the interior of Pernambuco. Using a qualitative approach, semi-structured interviews were conducted, transcribed and analyzed through Thematic Content Analysis. The results will allow us to understand the challenges that the world of work imposes on these young workers – highlighting the psychosocial and physical risks to which they are subjected and the strategies to deal with the precariousness of work. Despite the adversities, they demonstrate great adaptability and seek meaning in their work activities. The study addresses the urgency of public policies aimed at protecting and valuing young workers.

Keywords: worker health; youth; work clinics.

INTRODUÇÃO

No decurso da Revolução Industrial, na primeira metade do século XIX, houve um aumento da preocupação com a saúde dos trabalhadores objetivando melhor adaptá-los aos novos modos de trabalho dentro das indústrias. Os avanços das formas de organização do trabalho ocorridas nos dois séculos seguintes devido a intensificação da automatização, a implementação da informatização e a consequente reestruturação produtiva, trouxe consigo atividades laborais mais complexas que exigem cada vez mais dos trabalhadores – não só exigências físicas, como também exigências cognitivas, afetivas e sociais (Carneiro, 2018).

Nesse sentido, a Saúde do Trabalhador (ST) como conhecemos hoje surge como um campo de estudo na segunda metade do século XX, tendo como objeto o trabalho, compreendido de forma global em seus aspectos objetivos (condições de trabalho e os agentes físicos, mecânicos, biológicos ou químicos) e em seus aspectos subjetivos (cognitivos, afetivos e/ou sociais) em relação com os processos de saúde e doença dos trabalhadores (Carneiro, 2018). Nessa perspectiva, o trabalho “pode ser considerado como eixo organizador da vida social, espaço de dominação e resistência dos(as) trabalhadores(as) e determinante das condições de vida e saúde das pessoas.” (Brasil, 2018)

No Brasil, a ST está englobada dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) e é regulamentada pela Lei Orgânica da Saúde nº 8080 (Brasil, 1990), e inclui as ações de assistência, promoção, vigilância e prevenção dos agravos relacionados ao trabalho. É válido destacar que a Política Nacional do Trabalhador e da Trabalhadora institui que:

para o SUS, trabalhadores(as) são todos(as), homens e mulheres que trabalham na área urbana ou rural, independentemente da forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativado, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado e mesmo os desempregados. (Brasil, 2012)

A transição da juventude para a idade adulta perpassa pela inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nesse sentido, de acordo com Guerreiro e Abrantes (2005, apud De Souza, Helal e Paiva, 2019), a entrada e a permanência destes jovens no mercado de trabalho é uma realidade multifacetada. É possível citar a busca por uma maior autonomia, o sustento de seus familiares, a pertença ao mercado de consumo ou o estabelecimento de uma renda própria como principais motivadores para tal feito. De acordo com os mesmos autores, estas motivações variam de acordo com a classe social, gênero ou nível de escolaridade, o que pode tornar essa trajetória mais ou menos favorecida. Dessa forma, “a depender da trajetória, os jovens irão experienciar uma entrada mais precoce no mercado de trabalho, ou se dedicarão mais aos estudos, ingressando mais tardiamente nas atividades laborais” (De Souza et al., 2019).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o número de jovens entre 14 e 24 anos em alguma ocupação aumentou de 13,7 milhões, no primeiro trimestre de 2019, para 14 milhões, no mesmo trimestre de 2024. Também se destacou a diminuição do número de jovens “nem-nem” – jovens que não trabalham, não estudam e nem estão procurando emprego – que caiu de 5.05 milhões para 4.6 milhões no mesmo período. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024)

A população jovem é considerada a mais vulnerável no que se refere ao mercado de trabalho, sendo a que mais apresenta dificuldade para se inserir, principalmente pela falta de experiência; assim como é a primeira a ser dispensada em situações de crise. Também é nesta população que se encontra a maior taxa de informalidade que está entre 45% dos ocupados, enquanto a taxa geral é de 40% (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

No segundo trimestre de 2023, o estado de Pernambuco apresentou a maior taxa de desemprego do Brasil, de acordo com os dados do PNAD. O estado liderou o ranking com

14,2% de sua população – cerca de 600 mil pernambucanos – fora do mercado de trabalho (Roque, 2023). Entre os jovens entre 18 e 24 anos, o percentual de desempregados no estado é de 23,6% (cerca de 142 mil jovens). A renda média mensal destes jovens pernambucanos com o trabalho principal era de R\$1.266, enquanto a média dos jovens de todo o país era de R\$ 1.741, e a média nacional de todas as idades era de R\$ 3.113, de acordo com a mesma pesquisa (Ferrari, 2024).

Esses dados estatísticos corroboram com a literatura quando esta trata das dificuldades encontradas pelos jovens na inserção e permanência no mercado de trabalho. Em entrevista ao jornal Poder 360 (2024), o economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes, declara que “a experiência sempre conta no mercado de trabalho, mesmo em momentos em que a economia está bem, sempre se observa um desemprego maior entre os trabalhadores mais jovens”.

Cabe ressaltar que a definição de faixa etária e características da juventude ainda pode variar tanto na literatura como na legislação. De acordo com a Lei da Juventude (Nº 12.852/2013), são consideradas jovens as pessoas que possuem de 15 a 29 anos de idade (Brasil, 2013). Para este estudo, será utilizada a faixa etária entre 18 a 29 anos para definir a população dos jovens que poderão participar deste, pela conveniência de acesso a este grupo sem necessidade de autorização prévia de um secundário – neste caso, o responsável pelo menor de 18 anos.

Ademais, será utilizada como aporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho, de autoria de Christophe Dejours (1997). A Psicodinâmica se vale da pesquisa-ação para analisar e compreender toda a complexidade do trabalho através dos seus aspectos subjetivos, mas não apenas isto, para “favorecer processos de reflexão e elaboração, que criem uma mobilização entre os trabalhadores, de forma que estes possam alavancar mudanças no trabalho ou em suas relações laborais” (Heloani & Lancman, 2004).

A saúde, na Psicodinâmica do Trabalho, não se trata apenas de ausência de doença ou, em se tratando da saúde mental, como a ausência de angústias. Para Dejours, Dessors e Desriaux (1993), a saúde está relacionada a esperança, as metas e objetivos, ao desejo; a saúde está relacionada à forma como os sujeitos são capazes de lidar com as adversidades da vida, utilizando-se do sofrimento e das angústias, que são inerentes ao viver, como força propulsora do agir. Sendo assim, essa clínica considera que é através da atividade que o indivíduo consegue dominar a angústia, pois é o trabalho que “impulsiona processos de subjetivação, a realização de si e a construção da saúde” (Dejours et al., 2016).

Com efeito, os dados estatísticos supracitados denunciam a vulnerabilidade apresentada pela população dos jovens trabalhadores. É possível inferir, então, que tais cenários adversos trazem consequências diretas na saúde dos jovens tendo em vista a centralidade que o trabalho possui na vida dos trabalhadores (Dejours et al., 2016), como elemento construtor de saúde e de identidade dos indivíduos (Heloani & Lancman, 2004), especialmente destes jovens que estão iniciando sua jornada.

Por isso, este estudo teve como objetivo analisar a saúde trabalhador a partir da perspectiva de jovens trabalhadoras, entendendo o seu contexto, a sua compreensão da centralidade do trabalho na sua vida, a sua compreensão da relação saúde-trabalho-doença e como elas experienciam esta relação em seu contexto. Portanto, um estudo neste âmbito se faz necessário não só para que se possa compreender objetivamente os desafios que o mundo do trabalho impõe a esses jovens, mas também para que se possa suscitar a reflexão emancipatória destes (Bendassolli & Soboll, 2011). Além disso, este estudo se propõe a ser propulsor e servir de base para que novas políticas públicas de acesso ao mercado de trabalho e de garantia de emprego digno sejam idealizadas, bem como as políticas que já existam sejam aperfeiçoadas para que se adequem cada vez mais à realidade dos jovens.

Por fim, a escolha da realização do estudo no interior do estado de Pernambuco também se dá pelo interesse da pesquisadora em levar um pouco de seu conhecimento sobre a ST – temática em que se debruçou durante toda sua graduação participando de projetos de pesquisa e extensão na Universidade – à sua terra natal.

MÉTODO

Locus de Pesquisa

Participaram desta pesquisa jovens trabalhadoras residentes de duas cidades da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Aqui, as cidades serão tratadas com “cidade A” e “cidade C”. Na cidade A, a disponibilidade de emprego é escassa e as oportunidades para os jovens se inserirem no mercado de trabalho são apenas na própria prefeitura do município, numa usina de cana de açúcar próxima ou, mesmo, através da criação de seu próprio negócio. Já na cidade C, a principal forma de alocação no mercado de trabalho é no comércio local, pois a cidade se destaca na região pelo seu forte comércio varejista. Apesar disso, trabalhar no comércio não é algo que os jovens trabalhadores almejam por vários motivos, seja a precarização do trabalho, as jornadas de trabalho exaustivas e até mesmo por causa dos relatos de casos de assédio moral recorrentes.

Participantes

Participaram desta pesquisa 10 jovens trabalhadoras todas do sexo feminino, com idades entre 24 anos (2), 26 anos (4), 27 anos (3) e 28 anos (1). Entre elas, 6 eram solteiras, 3 casadas e 1 divorciada. E o grau de escolaridade delas variaram entre médio completo (3), superior incompleto (4), superior completo (2) e pós-graduação incompleta (1). E suas profissões foram bem diversas, entre elas havia uma fotógrafa, uma bibliotecária, uma auxiliar administrativa, uma assistente social, uma enfermeira, uma professora de inglês, uma consultora de vendas, uma analista de crédito, uma professora de balé que também atua como

massoterapeuta e uma caixa em um negócio familiar que apenas se identificou como estudante de odontologia atualmente.

Como critérios de inclusão foi definido que participariam jovens trabalhadores entre 18 e 29 anos, independentemente do tipo de vínculo empregatício (formal ou informal), residentes de cidades do interior do estado de Pernambuco e que consentissem participar deste estudo mediante assinatura do Termo de Compromisso Livre Esclarecido (TCLE).

Instrumentos e Técnicas

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi utilizado como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturado a partir dos objetivos elencados no projeto. Neste roteiro, foram coletados os dados sociodemográficos das participantes e as questões abordaram temas relacionados à saúde do trabalhador, a centralidade do trabalho, ao prazer e o sofrimento no trabalho, a inserção no mercado de trabalho, a formação profissional e o projeto de vida.

Procedimentos

As entrevistadas receberam o convite para participarem da pesquisa através do WhatsApp. Após o aceite, as participantes preencheram o TCLE através do Google Formulários e as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade de cada participante. Em horário combinado, foi realizada uma ligação de voz para as participantes que durou em média 20 minutos. O período de realização das entrevistas durou cerca de um mês. É válido ressaltar que os pressupostos éticos preconizados pela Resolução 466/12 e/ou Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que tratam das pesquisas envolvendo seres humanos foram resguardados, respeitando a autonomia das participantes, garantindo o anonimato delas e assegurando a privacidade de seus dados confidenciais. Também foram cumpridos os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) quanto ao tratamento dos dados pessoais fornecidos pelas participantes. Todos os dados das participantes, bem como os arquivos de áudios e transcrições das entrevistas, foram

armazenados no Google Drive institucional da pesquisadora. Por fim, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da UFPB sob o número 87735125.7.0000.5188.

Análise de dados

As entrevistas foram transcritas com ajuda de um aplicativo de celular chamado *Transcribe* específico para essa atividade. Posteriormente, as entrevistas foram analisadas a partir da técnica da Análise de Conteúdo Temática amplamente utilizada nas pesquisas qualitativas. Este tipo de análise, segundo Minayo et al. (2015), pode ser dividida nas seguintes fases: (I) pré-análise e exploração do material, para organizá-lo definindo unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias; (II) tratamento dos resultados obtidos, para aplicar o que foi definido na fase I; (III) interpretação, onde, além de realizar um tratamento quantitativo dos dados, busca-se “desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto” (Minayo et al., 2015), voltando-se “para ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Inserção das Jovens no Mercado de Trabalho

No que se refere à inserção no mercado de trabalho, três das dez participantes afirmaram ter iniciado suas vidas laborais através de programas de estágio, como o Jovem Aprendiz. Quando relata sua experiência, a P5 conta que apesar de ter iniciado cedo, ainda no seu ensino médio, em um bom estágio na área administrativa, ela não conseguiu dar continuidade na área, pois não surgiram oportunidades para ela. Ela narra:

Foi um estágio na época do colégio, mas era na parte administrativa que até uma parte legal, atendimento, também era atendimento aos clientes só que de uma forma mais administrativa, suporte aos servidores (...) mas após isso, eu não consegui nada na área administrativa, a gente entra no estágio, pensando que vai conseguir né?! Que vai ser

melhor para conseguir estágio na empresa, na indústria ou algo administrativo, mas não (...) aí depois eu fui trabalhar na [nome da loja] que é um varejo de roupa, área infantil, roupa infantil... (P5)

Ainda, a mesma participante relata que na cidade C a maioria das oportunidades de emprego estão no comércio varejista, por isso ela afirma ser comum os jovens da cidade saírem da escola e iniciarem a sua vida laboral com vendas nesse setor. Entretanto, a participante P9 conta que preferiu iniciar em um trabalho informal em uma banca de apostas, mesmo reconhecendo ser ilegal o que, por consequência, a deixou sem carteira assinada; ao invés de ir para o comércio local, por acreditar que seria um trabalho muito mais difícil e desgastante em relação ao que ela realizava na banca.

Os primeiros 6 anos foi em banca, e banca não dá... por ser ilegal, não é carteira registrada (...) a última banca que eu saí eu passei 5 anos, só que assim eles eram certinhos em questão de salário, eles pagam um salário-mínimo, pagavam o décimo, mas férias não, você não tem direito a férias, e, consequentemente, por não ter registro, ao FGTS né?! Aí entre tá lá e trabalhar no comércio, eu preferia tá lá, porque eu tinha tanta gente conhecida que trabalhava no comércio daqui da [cidade C] que se queixava de muita cobrança, de humilhação, essas coisas que eu tinha pavor, menina, de sair de lá pra ir pro emprego e não durar um mês (...) (P5)

Os relatos das participantes evidenciam a precariedade e a limitação das oportunidades de inserção profissional para jovens em cidades do interior, como observado nas falas de P5 e P9. Ainda que programas como o Jovem Aprendiz representem uma porta de entrada formal para o mercado de trabalho, como no caso de P5, a ausência de continuidade e de oportunidades efetivas na área de atuação inicial demonstram um descompasso entre a formação e a empregabilidade, apontando para a fragilidade das políticas públicas voltadas à juventude trabalhadora (Abramo & Branco, 2005).

Além disso, a escolha da participante P9 por atuar em um trabalho informal, mesmo sem garantias legais, revela uma lógica de sobrevivência diante das más condições do trabalho formal no comércio local, marcado por humilhações e cobranças excessivas — cenário esse que remete ao conceito de sofrimento ético no trabalho (Dejours, 1997; 2004), quando o sujeito precisa escolher entre diferentes formas de desgaste. Esses dados corroboram também os apontamentos de Antunes (2018), ao evidenciar que a juventude é uma das parcelas mais vulneráveis frente à precarização das relações laborais, estando muitas vezes à margem de direitos fundamentais.

Adicionalmente, reafirmando o que a literatura diz sobre a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, quando perguntada sobre como iniciou a sua trajetória profissional a P7 responde:

(...) Havia uma certa dificuldade pelo fato de eu não ter experiência (...) o mercado de trabalho pra área de enfermagem aqui em Pernambuco já se encontra bem saturado e pra a questão da enfermagem também, por ser (...) uma área assim delicada. (...) Os hospitais estão ofertando vagas que já não são muitas, e as que têm eles pedem que tenha no mínimo seis meses de experiência, então assim acabava ficando mais dificultoso... (P7).

Esta fala revela uma contradição presente no mercado de trabalho: espera-se qualificação, experiência e vivência profissional de sujeitos que ainda não tiveram oportunidades de atuação. Essa dinâmica reforça o ciclo de exclusão e frustração, onde a estrutura do mercado frequentemente inviabiliza o acesso ao trabalho digno, sobretudo para as juventudes das periferias e do interior (Minayo et al., 2015). Assim, o caso da P7 evidencia como o acesso ao trabalho, longe de ser apenas uma questão de mérito ou formação, está atravessado por barreiras estruturais que penalizam especialmente os jovens do interior nordestino.

Riscos Psicossociais aos quais as Jovens Trabalhadoras estão Submetidos

Os riscos psicossociais no ambiente laboral referem-se a condições organizacionais, relacionais e emocionais que, ao interagirem com características individuais dos trabalhadores, podem comprometer sua saúde física e mental. Entre os principais fatores estão a sobrecarga de trabalho, a pressão por resultados, a instabilidade no emprego, a ausência de reconhecimento e as relações interpessoais conflituosas (Rodrigues et al., 2020). Esses elementos tornam-se ainda mais desafiadores para os jovens trabalhadores, que frequentemente ocupam posições precárias, com baixa remuneração e pouca proteção social (Brasil, 2018).

Os relatos das participantes evidenciam a presença de riscos psicossociais no cotidiano laboral das jovens, especialmente relacionados à sobrecarga, às relações interpessoais conflituosas e à exigência de desempenhar múltiplas funções. Esses fatores contribuem para o desgaste físico e mental, afetando diretamente a saúde e a qualidade de vida no trabalho. Como apontam Seligmann-Silva (2011) e Dejours (2000), o acúmulo de tarefas e a intensificação do trabalho podem gerar sofrimento psíquico, sobretudo quando não há reconhecimento ou condições adequadas para a execução das atividades.

Quando a gente não consegue aumentar o preço, a gente aumenta o volume de trabalho, aumentando o volume de trabalho eu não consigo ter tempo pra nada, então eu vivo naquela agonia de tá sempre, sempre, sempre, fazendo, trabalhando, trabalhando, trabalhando (...) O próprio estresse do trabalho. Você não ter tempo pra fazer suas coisas, principalmente porque quando a demanda tá muito grande a gente não tem tempo pra nada. Lidar com outras pessoas em si já é muito estressante também, lidar com expectativas, lidar com tudo... o próprio estresse já adoece bastante. Aí junta o estresse, com a falta de tempo pra fazer suas coisas. (P1)

As falas das participantes revelam como os riscos psicossociais se manifestam de forma intensa na rotina das jovens trabalhadoras, principalmente quando estão expostas a ambientes

emocionalmente exigentes e pouco protegidos, como por exemplo o caso da P7, que desenvolveu crise de ansiedade após sofrer agressões verbais no atendimento ao público: “já me gerou crise de ansiedade já, por conta de paciente mal-educado, entendesse? Porque eu já levei grito de paciente, eu acho que eu fiquei muito mal.” (P7)

Também é possível perceber a dimensão afetiva e subjetiva do trabalho quando o relato de uma jovem assistente social revela as impressões psíquicas que a sua atuação gerou ao lidar com situações extremas de violação de direitos:

Eu particularmente quando eu comecei a atuar como assistente social, eu me senti muito mal porque era uma realidade, a qual eu não estava preparada no início (...) e o CREAS é um espaço muito delicado, justamente por isso porque a gente já trabalha quando ali o direito já foi violado, então quando eu comecei a atuar, quando eu vi idoso em situação de abandono, quando eu comecei a ver criança (...) passando por uma questão de abuso pelo pai, pelo padrasto, pela mãe... Aquilo ali foi mexendo muito com a minha cabeça, entendeu? (...) eu chegava em casa, eu ficava querendo conversar, conversava com [companheiro], conversava com minha sogra, conversava com minha mãe, eu conversava, meu Deus, conversava com as pessoas, porque "véi" é uma realidade que está nos nossos olhos e a gente não vê (risos), pensa que nunca acontece... Eu ficava paranoica, eu ficava pensando, eu ia dormir imaginando... (P8)

O sofrimento psíquico no trabalho emerge justamente quando há um desequilíbrio entre a carga emocional exigida pela atividade e os recursos disponíveis para lidar com ela, como apoio, reconhecimento e espaços de escuta (Dejours, 2000). Já Sawaia (2001) reforça que a exposição constante à dor social — como a vivida pela P8 — pode gerar sentimento de impotência, angústia e desgaste ético, especialmente quando o trabalhador não possui meios efetivos para transformar a realidade que presencia. Assim, as jovens entrevistadas demonstram

como a precarização do trabalho não é apenas material, mas também simbólica, afetando diretamente a saúde mental das profissionais.

A vivência do sofrimento no trabalho, como relatada pelas P7 e P8, demonstra que a exposição constante a situações de tensão, violência simbólica e emocional pode ultrapassar o espaço laboral, invadindo o cotidiano e afetando a vida pessoal das jovens. Quando P8 afirma que chegava em casa ainda abalada, buscando desabafar com familiares, ela revela a dificuldade em estabelecer limites entre o trabalho e a vida privada, um fenômeno descrito por Seligmann-Silva (2011) como uma das características do desgaste mental em profissões marcadas pela escuta e pelo cuidado.

Ainda, a P8 relata a insegurança física nas suas atividades de campo, especialmente em contextos marcados por violência. A P8 relata que:

Quando a gente vai realizar uma visita na residência da pessoa que teve a violação de direito, aquele violador pode estar na residência, entendeu? O agressor pode tá ali ao lado, então a gente meio que, tem o receio da forma de como ele vai lidar com a abordagem. Então assim a gente vai preparado para escutar também umas coisinhas que não deve, mas também não se calar pra situação. (P8)

A necessidade de realizar visitas domiciliares em locais onde o agressor pode estar presente coloca a trabalhadora em uma posição de vulnerabilidade real e simbólica. Dejours (2000) ressalta que, quando o trabalho se torna fonte de medo, e não de reconhecimento, ele deixa de cumprir sua função estruturante da subjetividade, tornando-se potencialmente patogênico.

O Adoecimento Mental dos Jovens Trabalhadores

Os relatos das jovens entrevistadas evidenciam que o adoecimento mental é uma realidade presente e crescente entre os trabalhadores mais jovens, especialmente em contextos de precariedade, pressão por desempenho, exigência de múltiplas funções, instabilidade e falta

de reconhecimento. Segundo Carneiro (2018), fatores como carga horária excessiva, ausência de autonomia e exposição a situações de sofrimento repercutem diretamente na saúde psíquica dos trabalhadores. Nesse cenário, o trabalho deixa de ser apenas um meio de sustento e passa a representar também uma fonte de ansiedade, frustração e sofrimento, como demonstram os relatos a seguir.

Do meu primeiro emprego registrado eu saí porque eu tava tendo muita crise de ansiedade decorrente do ambiente de trabalho. (...) antes de eu sair de casa, eu me tremia todinha, dava um gelo no meu coração que eu não queria ir, olha era um inferno (...) eu já tinha crise de ansiedade, assim, mas não recorrente igual eu comecei a ter quando eu tava trabalhando lá em um certo período né, que inclusive esse foi o motivo de eu pedir demissão, eu não fui demitida, eu que me demiti. (P9)

Entrei em crise, mas eu não deixava de ir trabalhar, porque eu não queria ser considerada fraca. Teve uma crise que eu passei. Eu acho que uns dois dias chorando que eu nunca pensei que seria possível a pessoa chorar tanto... mas assim tentando me recuperar para poder trabalhar porque achava que eu não podia parar. (P4)

Outrossim, uma das participantes relata que enfrentou um episódio de Síndrome de Burnout no início da pandemia, ela diz “eu tive também Burnout naquele período do início da pandemia, e eu precisei passar uns 4 ou 5 meses fazendo acompanhamento com a psicóloga do posto...” (P1). Estas falas ilustram de forma contundente as influências do trabalho sobre a saúde mental das jovens profissionais. De acordo com De Souza et al. (2019), o Burnout entre jovens trabalhadores está frequentemente relacionado à precariedade dos vínculos empregatícios, à pressão por desempenho e à dificuldade em estabelecer limites entre a vida pessoal e profissional. Esses autores destacam ainda que a juventude, por estar em fase de construção da identidade profissional, tende a se envolver intensamente com o trabalho, o que, em contextos adversos, favorece o desenvolvimento de sofrimento psíquico.

Riscos Físicos aos quais os Jovens Trabalhadores estão Submetidos

Além dos riscos psicossociais, as jovens trabalhadoras enfrentam riscos físicos relacionados às suas atividades de trabalho. A P1 relata: “eu já tive casos de infecção urinária, de prender xixi porque não podia ir no banheiro, chegar em casa muito desidratada porque não podia tomar água nos lugares (...)”; ainda, a P9 conta: “no restaurante também eu passava muito tempo sem conseguir ir no banheiro, aí eu tive infecção urinária (...)”.

Os relatos das participantes demonstram que, independentemente do tipo de vínculo empregatício — seja formal ou autônomo —, os riscos físicos no trabalho se fazem presentes de maneira significativa. A participante P1, mesmo atuando como fotógrafa autônoma, descreve situações de desidratação e infecções urinárias causadas pela impossibilidade de fazer pausas para beber água ou usar o banheiro durante longos períodos de trabalho. Já P9, que trabalhou como caixa em um restaurante, enfrentava uma rotina igualmente extenuante, marcada por restrições ao uso do banheiro, o que também resultou em infecções urinárias. Essas experiências revelam a precarização das condições laborais vividas por jovens mulheres, que mesmo em contextos distintos enfrentam a mesma negligência em relação às necessidades fisiológicas básicas.

De acordo com o Ministério da Saúde (2018), a ausência de pausas adequadas e de acesso a condições mínimas de higiene configura um importante fator de risco para o adoecimento físico no trabalho. Além disso, a precarização do trabalho afeta diretamente a dignidade dos sujeitos, especialmente quando seus corpos são submetidos a jornadas que desrespeitam os limites do cuidado (Sawaia, 2001).

Também foi relatado por muitas das participantes riscos relacionados a lesões e movimentos repetitivos. Como, por exemplo, os casos da P1 e da P2 que relatam:

Tenho um problema de coluna, que é muitas horas em pé, muitas horas sentada editando, naquele movimento repetitivo... já tive gatilho, dedo engatilhado já por causa

do mouse, porque eu fico muito tempo numa posição só com a mão no mouse, já fiz fisioterapia do dedo também (...) (P1)

Já aqui no consultório, às vezes acontece de a pessoa sentir aquelas dorzinhas, tá sempre ali movimento repetitivo e tudo mais... (...) aí tem que dar uma pausa no tempo que atender (...) (P2)

As falas das P1 e P2 revelam como as exigências corporais impostas por determinados tipos de trabalho — ainda que distintos entre si — podem resultar em sobrecargas físicas, especialmente quando há repetição de movimentos e longas jornadas em posições desconfortáveis. Esses relatos dialogam com o que aponta Leite (2013), ao destacarem que os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), incluindo a LER, são cada vez mais comuns em ocupações que envolvem tarefas manuais e repetitivas, afetando a produtividade e a qualidade de vida dos trabalhadores. Além disso, Carneiro (2018) ressalta que a não adaptação ergonômica dos espaços de trabalho — especialmente em contextos com poucos recursos — contribui para o agravamento dessas condições. A ausência de pausas regulares e a intensificação das demandas são elementos que colocam em risco não apenas a saúde física, mas também a sustentabilidade da trajetória profissional desses jovens.

Uma fala que chama a atenção relacionada aos riscos físicos que essas jovens trabalhadoras estão submetidas é a da P6, que evidencia os riscos físicos e emocionais enfrentados por profissionais da educação, especialmente aqueles que atuam com o público infantil.

Mas como professora assim, mais do infantil, as crianças elas adoecem muito constantemente, então querendo ou não a gente adquiria a doença, vírus... (...) ou no final assim de ano, em que a gente tem muito serviço pra fazer, muito fechamento de trabalhos, de notas... então a gente tem que trabalhar bastante, então querendo ou não o nosso sistema nervoso fica um pouquinho comprometido, às vezes a gente não

percebe, mas o nosso corpo fala né? Hematomas, às vezes queda de imunidade também... (P6)

A exposição contínua a vírus e infecções devido ao contato direto com crianças, aliada às intensas demandas burocráticas e pedagógicas em determinados períodos do ano letivo, como o fechamento de notas e relatórios, contribuem para o comprometimento do bem-estar físico e mental. A sobrecarga, ainda que naturalizada no cotidiano escolar, é percebida pelo próprio corpo — como ela mesma afirma: “nosso corpo fala”. Sintomas como queda de imunidade e até hematomas sinalizam efeitos do estresse prolongado e da exaustão. Esses efeitos se alinham às reflexões de Seligmann-Silva (2011), que aponta como o desgaste mental no trabalho pode se expressar por meio de adoecimentos somáticos.

O Ambiente de Trabalho e a Relação com os Pares

As participantes também foram indagadas sobre como elas consideravam o seu ambiente de trabalho e a sua relação com os pares. As respostas ficaram bem divididas, algumas relataram que estão em um ambiente saudável e que possuem uma relação tranquila com os seus colegas de trabalho, enquanto outras reclamaram de estar em um ambiente completamente prejudicial ao seu bem-estar e à saúde mental. Uma das participantes que vivencia uma experiência positiva no trabalho descreve:

Foram momentos com pessoas muito especiais, pessoas que de fato estavam ali para ajudar, apoiar, dar suporte... (...) inclusive, meus próprios chefes não tenho o que reclamar. São pessoas que eu guardo no meu coração, por mais que eu não tenha mais algum vínculo de trabalho, mas ficou o vínculo afetivo. (...) é um ambiente tão leve que eu juro a você mesmo com as demandas difíceis que eu tenho que intervir/atuar, o dia passa rápido porque quando o ambiente é leve, as coisas fluem melhor... (P8)

De acordo com Dejours (2000, 2004), a cooperação no trabalho é elemento central na organização do trabalho e na saúde mental dos trabalhadores. Segundo o autor, a cooperação

vai além de uma simples divisão de tarefas — ela envolve o reconhecimento mútuo, a solidariedade e a confiança entre os pares, possibilitando a construção de estratégias coletivas para lidar com os desafios da atividade real. Para Dejours (2012), o ato de trabalhar é sempre atravessado por um componente subjetivo, e a cooperação permite que os trabalhadores compartilhem estratégias para lidar com as exigências da atividade real, muitas vezes não previstas nas prescrições formais. Nesse sentido, o ambiente leve e afetivo relatado por P8 pode ser compreendido como um exemplo concreto de como a cooperação atua como mecanismo de defesa frente ao sofrimento e como sustentação da identidade no trabalho.

Por outro lado, a P5 relata trabalhar em um ambiente “extremamente tóxico” e “muito difícil”, evidenciando o ambiente desafiador e competitivo do trabalho com vendas, principalmente quando se trata de vendas comissionadas. Ao responder à mesma pergunta ela relata:

Tóxico, extremamente tóxico, insalubre, é... muito difícil... tanto em relação aos gestores, as pessoas com mais alto escalão, as pessoas acima de mim, tanto como as pessoas no meu nível mesmo. Trabalhar com vendas é muito difícil, porque são pessoas, além que é principalmente vendas, a maioria é vendas com comissões. São pessoas se digladiando todos os dias, tentando se matar tentando pisar na cabeça dos outros todos os dias para subir, para ganhar um pouco mais, principalmente quando você se você ganha bem nessa área, então é muito concorrido, muito agonizante. (P5)

O ambiente de trabalho exerce papel central na experiência subjetiva do trabalhador, sendo capaz de potencializar tanto o sofrimento quanto o prazer no cotidiano laboral. As falas das participantes evidenciam essa dualidade: enquanto P8 descreve um contexto de acolhimento, leveza e apoio mútuo entre colegas e gestores, que contribui para um ambiente coletivo saudável; a experiência de P5 revela um ambiente marcado por relações interpessoais

conflituosas, competitividade exacerbada, ausência de solidariedade e práticas desleais, elementos que configuram um ambiente de trabalho produtor de sofrimento.

Segundo Bendassolli e Soboll (2011), a qualidade das relações no ambiente de trabalho influencia diretamente a saúde mental dos trabalhadores. O sofrimento gerado em ambientes hostis frequentemente está relacionado a formas perversas de gestão que estimulam a individualização, a competitividade e o silêncio diante da injustiça (Dejours, 2000). De acordo com Seligmann-Silva (2011), as relações interpessoais marcadas por disputas, desconfianças e ausência de reconhecimento social constituem fatores de desgaste mental e perda de sentido do trabalho, especialmente quando afetam a autoestima e o sentimento de pertencimento do trabalhador. Tais dinâmicas aparecem com frequência nas falas das jovens entrevistadas, revelando que o ambiente e os vínculos estabelecidos no espaço laboral são determinantes para o bem-estar ou adoecimento no trabalho.

A Expectativa sobre o Futuro Profissional das Jovens que Trabalham e Estudam

Entre as jovens entrevistadas, algumas trabalham e fazem graduação ao mesmo tempo. E um aspecto que chama a atenção é que essas participantes estavam trabalhando em áreas completamente diferentes do curso de graduação em que estavam matriculadas, em geral cursos da área de saúde. Então, quando indagadas se o que faziam estava articulado com o que gostariam de fazer do seu futuro profissional, elas afirmam que:

Não, minha vida profissional assim, como eu disse antes, eu tô estudando pra nutrição, então esse é o meu sonho desde sempre, desde minha adolescência, eu queria sempre ser nutricionista, antes eu não tinha condição para isso por ser um curso um pouco caro. Daí quando eu consegui essa condição através do meu emprego, aí eu consigo agora pagar o meu curso e trabalhar ao mesmo tempo como bibliotecária, mas que futuramente né, vou realizar também o meu sonho. (P10)

Não, porque minhas expectativas são num ramo totalmente diferente né? (...) é um ambiente mais digamos que sofisticado né?! Porque a minha área é mais puxada pra a saúde, e lá eu fazia administração e aqui é basicamente administração também, uma atendente... (P3)

A realidade das jovens que conciliam o ensino superior com ocupações que não correspondem à sua formação revela tensões marcantes entre expectativa e vivência profissional. Essa dissociação entre o curso que frequentam e o trabalho que exercem pode gerar sentimento de frustração, desânimo e até sofrimento psíquico (Dejours, 2000; Seligmann-Silva, 2011). De acordo com Abramo & Branco (2005), os jovens, sobretudo os de classes populares, vivem percursos marcados por descompassos entre qualificação e ocupação, o que impacta diretamente na construção de seus projetos de vida.

Ainda, entre essas jovens trabalhadoras que cursam a área da saúde também é possível evidenciar a questão do empreendedorismo como um caminho para a prosperidade e estabilização financeira.

Eu tenho expectativa de poder ter uma vida com estabilização financeira, né? E aí eu pretendo focar mais na questão do consultório mesmo, na minha carreira como fisioterapeuta... (...) então é essa expectativa de crescer profissionalmente na fisioterapia, na “dermato” e ter uma estabilidade, um negócio mais próspero maior. (P2)

Em um cenário marcado pela escassez de oportunidades e pela precarização das condições de trabalho, sobretudo para mulheres jovens em cidades do interior, o ato de empreender se apresenta como alternativa de autonomia financeira e realização pessoal. Nesse sentido, a juventude contemporânea tem recorrido cada vez mais a formas alternativas de inserção profissional como resposta às limitações estruturais que dificultam uma trajetória linear entre formação e ocupação (Abramo & Branco, 2005). Essa tendência é reforçada pelos dados de pesquisas recentes (SoU_Ciência, 2023), que apontam o desejo de empreender como

uma das metas predominantes entre jovens universitários, especialmente entre mulheres, que frequentemente enfrentam maiores obstáculos no mercado de trabalho.

O Concurso Público como o Caminho de Redenção

Outro aspecto que se destaca nos relatos diz respeito ao futuro profissional e à construção do projeto de vida de parte significativa das jovens entrevistadas. Para cerca da metade delas, o ingresso no serviço público por meio de concurso representa um verdadeiro caminho de "redenção", sendo associado não apenas à estabilidade financeira, mas também à realização de um sonho. Assim, quando perguntada sobre as suas expectativas sobre o seu futuro profissional, a P7 diz: “Eu quero se Deus quiser conseguir um vínculo efetivo, em nome de Jesus né, porque sou muito grata pela oportunidade que eu tenho hoje, mas a gente tem que buscar sempre nossas melhoras né?!”; já a P9, diante da mesma pergunta, relata: “Ser funcionária pública, é o meu sonho de criança (risos) concursada!”.

As falas das participantes revelam como o concurso público é investido de significados que ultrapassam a simples inserção no mercado de trabalho. Ele aparece como símbolo de estabilidade, dignidade e superação das inseguranças vivenciadas no trabalho informal ou em vínculos precários. A ideia de “redenção”, presente nos discursos, revela uma tentativa de ressignificar trajetórias marcadas por dificuldades, buscando no serviço público não apenas segurança financeira, mas também reconhecimento social e realização pessoal. Essa idealização pode ser compreendida como forma de enfrentamento às desigualdades estruturais, em que o desejo por estabilidade é uma estratégia subjetiva diante do sofrimento social (Sawaia, 2001).

Em Meio às Dificuldades, Ainda há de se Encontrar Prazer no Trabalho

Apesar das inúmeras dificuldades relatadas pelas participantes — como a informalidade, a precarização das condições de trabalho e a escassez de oportunidades nas cidades do interior —, todas conseguiram trazer em seus relatos momentos em que o trabalho

também é vivenciado como espaço de satisfação, reconhecimento e construção de identidade. Essa ambivalência entre sofrimento e prazer no trabalho é amplamente discutida por Dejours (1997) na *Psicodinâmica do Trabalho*, que destaca o trabalho como uma experiência subjetiva complexa, capaz de gerar não apenas desgaste, mas também sentido, pertencimento e autoestima.

Eu gosto mesmo é de atendimento com pessoas, atendimento cara a cara, de escutar as pessoas, de conhecer, de saber histórias e de ajudar também as pessoas. Eu gosto de, porque, principalmente, por trabalhar na área... tecnicamente, é uma área de saúde sim, eu trabalho com vendas, mas eu trabalho com saúde, pessoas, melhora de dores, de qualidade de vida, eu gosto muito. Eu já tenho clientes que viraram amigos, tem um relacionamento mais pessoal, mais íntimo... então, eu diria que nessa parte exclusivamente isso, eu gosto, eu gosto disso, mas o resto tudo... eu gosto de 10%, 90% é que estraga. (P5)

Seria no sentido da compensação do desenvolvimento, do avanço, da aprendizagem dos meus alunos, isso pra mim é fundamental, é ver o retorno, é ver eles se comunicando mais, adquirindo mais vocabulário, sendo capazes de adaptar facilmente a comunicação deles é uma das coisas importantes pra mim. (P6)

Esses relatos revelam que, mesmo em contextos de adversidade, o trabalho pode se tornar fonte de realização pessoal e social. A dimensão subjetiva do prazer no trabalho emerge quando há espaço para a criatividade, o reconhecimento e a utilidade social do que se faz (Dejours, 2000; 2004). A P5 encontra sentido no vínculo com os clientes, ressignificando sua atuação na área de vendas como “cuidado em saúde”; já P6 destaca a importância do retorno do outro no progresso dos alunos.

Essas experiências evidenciam o que Dejours (2012) chama de “dinâmica do reconhecimento”, em que o sujeito experimenta o prazer como forma de resistência subjetiva

frente às durezas da atividade laboral. Assim, apesar do cenário de precarização, o trabalho ainda se apresenta como um campo possível de afirmação do eu, onde o sujeito investe afetivamente e reconstrói sua identidade, sustentando-se através do reconhecimento simbólico e da utilidade percebida de sua atividade (Dejours, 2012).

A Falta de Mobilização dos Empregadores e dos Municípios em Relação à Saúde do Trabalhador

Dentre as dez jovens participantes, apenas duas delas responderam que já ouviram falar sobre a ST nos locais de trabalho onde estiveram — uma quando trabalhou em usina de cana-de-açúcar e a outra quando estava trabalhando na assistência social de um outro município da região.

Já, já sim, eles diariamente faziam uma ginástica com os trabalhadores, uma interação mais legal fisioterapêutica, entendeu? Eles ajudavam bastante os trabalhadores lá, tem prevenção, tem o dia D, essas coisas assim... Sempre teve, prevenção da saúde do homem, da mulher, campanha de câncer de mama, câncer de próstata... aí eles sempre fizeram eventos em relação a isso, eles são bem atenciosos. (P3)

Sim, lá em [cidade da região] todos os profissionais eles poderiam realizar terapia. Foi contratada uma psicóloga só para assistência social lá no município. (...) Cada dia um técnico ele ia pra a sede da secretaria de assistência onde ficava a psicóloga e tinha a sessão do dia, entendesse? (P8)

A participante relatou essa experiência de cuidado que vivenciou quando atuava em outro município da região. Embora este cuidado seja algo relevante para o contexto daqueles trabalhadores, não está necessariamente alinhado com a perspectiva da ST, mas sim com a Saúde Ocupacional devido à natureza individual da ação (Carneiro, 2018). Ademais, a mesma participante destaca o descaso da cidade A com esse assunto que ela acredita ser uma problemática que deve ser tratada com mais importância no município:

Falando a verdade, aqui em [cidade A] pelo menos eu não vejo mobilizações em relação à saúde do trabalhador não, não vejo. Isso é algo inclusive pra ser debatido, né? Era para ter de fato as motivações sobre essa temática que na realidade é uma problemática né? Que a gente tem que buscar minimizar, mas nunca vai se findar, nunca vai se acabar, mas buscar minimizar, né? Porque a saúde do trabalhador tá atrelada não só às demandas do próprio trabalho, mas, exemplo, o deslocamento muito cansativo... (P8)

Quando perguntada se já tinha ouvido falar sobre a ST onde trabalha ou já trabalhou a P9 — assim como todas as outras participantes, excetuando as supracitadas —, respondeu que não e, em seguida, quando perguntada se já ouviu sobre o assunto em algum espaço proporcionado pelo município, como nas unidades básicas de saúde ou na assistência social, ela responde: “Não. Esse é um assunto muito escasso, pelo menos aqui onde eu moro. Ninguém nunca se interessou, ou pelo menos não dá a devida importância.” (P9).

Os relatos das participantes evidenciam uma marcante ausência de políticas públicas e de ações institucionais voltadas à Saúde do Trabalhador (ST), tanto por parte dos empregadores quanto da gestão municipal. Das dez jovens ouvidas, apenas duas relataram ter vivenciado algum tipo de mobilização nesse sentido. Em contraste, a maioria das entrevistadas expressa desconhecimento ou ceticismo quanto à existência de qualquer tipo de mobilização voltada à ST em seus próprios locais de moradia e trabalho. Essa negligência institucional vai ao encontro do que aponta Minayo (2006), ao afirmar que o campo da saúde do trabalhador ainda enfrenta entraves históricos para sua efetivação nas políticas públicas, especialmente em regiões periféricas.

CONCLUSÃO

Os relatos das jovens trabalhadoras do interior de Pernambuco evidenciam os múltiplos desafios enfrentados na inserção e permanência no mercado de trabalho. Os riscos psicossociais e físicos, a sobrecarga, a precarização das condições laborais e o adoecimento mental são

aspectos recorrentes, agravados pela ausência de suporte institucional e políticas públicas efetivas.

Apesar das dificuldades, muitas dessas jovens encontram sentido no trabalho, seja nas relações com os pares, na atuação profissional ou na busca por estabilidade por meio do serviço público. A expectativa pelo futuro se constrói entre tensões e esperanças, com destaque para a força de conciliar trabalho e estudo em contextos adversos.

A falta de mobilização dos empregadores e do poder público diante das condições de trabalho vividas por essas jovens revela uma lacuna urgente. É fundamental que políticas locais priorizem a saúde do trabalhador jovem e garantam condições dignas de atuação, especialmente em cidades interioranas onde a precariedade é ainda mais acentuada.

REFERÊNCIAS

- Abramo, H. W., & Branco, P. P. M. (Orgs.). (2005). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In P. F. Bendassolli & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 3–21). Atlas.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.080/90: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012: *Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora*.
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html

- Brasil. (2013). *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013: Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2018). *Saúde do trabalhador e da trabalhadora (Cadernos de Atenção Básica, nº 41)*. Ministério da Saúde.
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab41.pdf
- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2024, maio 29). *Pesquisa aponta crescimento no emprego para a juventude, mas jovens, mulheres e negros seguem com dificuldades de inserção*. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/pesquisa-aponta-crescimento-no-emprego-para-a-juventude-mas-jovens-mulheres-e-negros-seguem-com-dificuldades-de-insercao>
- Carneiro, L. L. (2018). Saúde e trabalho. In R. F. Takei (Coord.), *Psicologia organizacional e do trabalho* (Vol. 3, pp. 193–222). SANAR.
- Dejours, C. (1997). *O fator humano*. Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2000). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). Cortez.
- Dejours, C. (2004). *Subjetividade, trabalho e ação*. Revista Produção, 14(3), 27–34.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho Vivo – Tomo I: Sexualidade e trabalho*. Trad. Franck Soudant. Brasília: Paralelo.
- Dejours, C., De Oliveira Barros, J., & Lancman, S. (2016). A centralidade do trabalho para a construção da saúde. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 27(2), 228–235.
- Dejours, C., Dessors, D., & Desriaux, F. (1993). *Por um trabalho, fator de equilíbrio*. Revista de Administração de Empresas, 33(3), 98–104.

- De Souza, M. B. C. A., Helal, D. H., & De Paiva, K. C. M. (2019). Burnout e jovens trabalhadores. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27, 817–827.
<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1778>
- Ferrari, H. (2024, setembro 14). *Desemprego entre jovens brasileiros está acima de 20% em 4 Estados*. Poder360. <https://www.poder360.com.br/poder-economia/desemprego-entre-jovens-brasileiros-esta-acima-de-20-em-4-estados/>
- Heloani, R., & Lancman, S.. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Production*, 14(3), 77–86. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300009>
- Leite, S. D. F. (2013). *Análise dos fatores de risco e do índice de exposição a LER/DORT dos trabalhadores em atividades repetitivas: Estudo de caso* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba].
<https://plone.ufpb.br/lateng/contents/publicacoes/dissertacoes/dissertacao-sheysa-danyelle-2013.pdf/view>
- Minayo, M. C. S. (2006). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (10ª ed.)*. Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (Org.), Deslandes, S. F., Cruz Neto, O., & Gomes, R. (2015). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade (34ª ed.)*. Vozes.
- Rodrigues, C. M. L., Faiad, C., & Facas, E. P.. (2020). Fatores de Risco e Riscos Psicossociais no Trabalho: Definição e Implicações. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 36(spe), e36nspe19. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe19>
- Roque, G. (2023, agosto 16). *Pernambuco tem maior taxa de desemprego do país no segundo trimestre de 2023, diz IBGE*. G1 Pernambuco.
<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/08/16/pernambuco-tem-maior-taxa-de-desemprego-do-pais-no-segundo-trimestre-de-2023-diz-ibge.ghtml>

- Sawaia, B. (Org.) (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed.). Vozes.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. Cortez.
- Sou_Ciência; Ideia. (2023). *Jovem se interessa mais por empreendedorismo que por emprego formal, diz pesquisa*. <https://souciencia.unifesp.br/destaques/sociedade-fala/jovem-se-interessa-mais-por-empreendedorismo>

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC II – ORIENTADOR(A)

Aluno(a): ELIADA REGINA TAVARES SILVA MARQUES

Orientador(a): THAIS AUGUSTA CUNHA DE OLIVEIRA MAXIMO

Avaliador(a): Paulo Cesar Zambronni de Souza e Lucas Eurikes Melo Vasconcelos

A- AVALIAÇÃO DO TRABALHO COMPLETO (0 A 5 pontos)

1. O aluno apresentou trabalho completo? SIM X NÃO _____

Observações:

2. O trabalho de conclusão de curso desenvolvido atende as exigências esperadas para compreensão de seu TCC: introdução, objetivos, método, resultados e discussão, conclusão (estes itens não devem ser descritos de modo separado no corpo do texto)?

SIM X NÃO _____

Observações:

NOTA DO TEXTO ESCRITO (0 a 5): 5,0**B- AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL (0 a 5 pontos)**

- 1) Apresentação visual lógica e clara (0,0 a 2,0):2,0
- 2) Segurança e domínio do conteúdo (0,0 a 1,0):1,0
- 3) Postura científica e uso do tempo estipulado (0,0 a 1,0):1,0
- 4) Respostas coerentes e corretas (0,0 a 1,0):1,0

**C- OBSERVAÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO/ MODIFICAÇÕES
SUGERIDAS PARA ENTREGA DA VERSÃO FINAL:**

Modificação a partir das observações contidas no corpo do TCC inseridas pelos membros da banca examinadora.

D- NOTA DO ALUNO PELO AVALIADOR

(SOMA DOS ITENS A E B): 10,0

**E- MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS PELO(A) ORIENTADOR(A) E
AVALIADORES(AS): 10,0**

Data: 05/05/25

Orientador(a)